

## Candidaturas e coligações nas eleições municipais: análise das disputas para prefeito nas capitais brasileiras em 2012 e 2016

VÍTOR EDUARDO VERAS DE SANDES-FREITAS

### RESUMO

■ O artigo analisa o perfil das candidaturas e das coligações das eleições municipais para as Prefeituras nas capitais brasileiras nos anos de 2012 e 2016. A pergunta que norteia o artigo é: qual foi o possível impacto da conjuntura política que levou ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, sobre o lançamento de candidaturas e coligações eleitorais dos partidos políticos nas eleições de 2016? Sabe-se que PT e PSDB têm, ao longo do tempo, polarizado as disputas presidenciais, o que tem impactado sobre as disputas eleitorais nos municípios com maior eleitorado no país, principalmente nas capitais dos estados que são fundamentais nas disputas presidenciais. A partir desse debate, este artigo se foca nas estratégias eleitorais, ou seja, nas candidaturas e nas coligações estabelecidas pelos partidos políticos, especialmente por PT e PSDB, verificando as mudanças nas estratégias coligacionistas dos partidos. Comparando as eleições de 2016 com as de 2012, as principais conclusões do artigo são: 1) o PT tem perdido espaço no lançamento de candidaturas e na obtenção de apoios dos partidos a candidaturas de seu partido nas eleições para as Prefeituras das capitais brasileiras; e 2) o PMDB passou a lançar mais candidatos para as Prefeituras, inclusive nas capitais, onde o partido, além de apresentar um número mais expressivo de candidaturas, conseguiu aumentar o leque de apoiadores em suas coligações.

## I. INTRODUÇÃO

■ Das eleições de 2012 a 2016, uma série de eventos aconteceu na política brasileira nacional, que podem ser resumido em quatro grandes que estão relacionados entre si e têm um impacto direto nas eleições de 2016: os movimentos de junho de 2013; o acirramento da polarização política entre PT e PSDB, principalmente com as eleições presidenciais de 2014; a operação Lava Jato, que tem afetado diretamente o PT; e o processo de *impeachment* que levou ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff do PT da presidência, assumindo o vice, Michel Temer do PMDB.

Em meio a esta conjuntura que modificou de forma definitiva o cenário político nacional, ainda que com as quedas nos índices de identificação partidária (Ribeiro; Carreirão; Borba, 2016), os partidos continuam a jogar um papel fundamental nas eleições, lançando candidatos e estabelecendo coligações com outros partidos. Em meio a essa conjuntura de mudança, o PT foi o partido mais afetado. Com isso, houve o fortalecimento do PSDB e do próprio PMDB, que assumiu a presidência da República. O foco desse artigo, portanto, é analisar as mudanças no lançamento de candidaturas e nas coligações estabelecidas pelos partidos de 2012 para 2016, com foco nas capitais brasileiras, que são fundamentais nas eleições presidenciais.

O debate em torno das estratégias eleitorais, seja quanto às candidaturas lançadas ou quanto ao perfil das coligações e das disputas eleitorais nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal), tem buscado contemplar não somente as variáveis contextuais que impactam nas disputas políticas e eleitorais locais. Tem se considerado também o efeito estruturador da dinâmica de competição eleitoral estabelecida nos pleitos presidenciais sobre as eleições estaduais, a partir das eleições gerais de 1994 (Braga, 2006; Cortez, 2009; Limongi e Cortez, 2010; Melo, 2007; Melo e Câmara, 2012; Meneguello, 2010; Sandes-Freitas, 2013; 2015). Esse processo de “presidencialização” das disputas eleitorais tem organizado a política nacional em torno de dois pólos partidários: de um lado, o PT, e, do outro, o PSDB. Com este processo, os atores políticos, ao estabelecer alianças eleitorais, não estariam se baseando apenas em motivações regionais e locais. Isso contrariaria o argumento de Lima Júnior (1983; 1997) de que existiriam “racionalidades políticas contextuais” que explicariam a ação dos partidos no nível subnacional.

PT e PSDB têm lançado as candidaturas mais competitivas e concentrado a maior parte dos votos nas eleições presidenciais desde 1994, influenciando as elei-

ções estaduais através do mecanismo de “coordenação eleitoral” das candidaturas (Cortez, 2009). Sobretudo, esses são os partidos que têm apresentado “vocalização presidencialista” mais consistente (Melo e Câmara, 2012: 81-82). Apresentando-se como as principais alternativas para as grandes questões nacionais, conseguem influenciar, portanto, nas estratégias eleitorais dos atores políticos estaduais. Assim sendo, as eleições presidenciais, polarizadas entre PT e PSDB, gerariam um incentivo ao alinhamento das candidaturas das maiores cidades em torno dos dois polos, aproximando-se do debate nacional mais amplo em que as maiores cidades do país se inserem (Sandes-Freitas, 2013). Esse processo foi visível até 2012, antes da mudança da conjuntura nacional, desfavorecendo o PT e fortalecendo o PSDB. Nesse sentido, pergunta-se: o que mudou de 2012 para 2016 no lançamento de candidaturas e nas coligações eleitorais para prefeito nas capitais brasileiras?

Para tanto, este artigo focou-se exclusivamente na análise das candidaturas e das coligações estabelecidas pelos partidos nas disputas para as prefeituras em 2012 e 2016, principalmente por PT e PSDB, nas capitais brasileiras. Ademais buscou-se analisar as movimentações do PMDB e da associação dos três partidos em análise com as outras agremiações, de forma a compreender as possíveis mudanças no padrão de coligações entre os partidos nas duas eleições.

## 2. QUAL O LUGAR DA POLARIZAÇÃO PT E PSDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS?

■ O debate mais recente sobre coligações no nível local no Brasil tem tratado da relação das estratégias dos partidos no nível nacional com o nível estadual e municipal. Na perspectiva de Lima Júnior (1983) sobre o debate das coligações, existiria uma série de “racionalidade políticas contextuais”, ou seja, que os comportamentos partidários estariam condicionados pelo tempo e espaço político, levando os partidos a se organizarem de formas diferentes nos estados brasileiros. Assim sendo, os partidos teriam formas diferentes de se associarem uns com os outros dependendo das particularidades estaduais e locais. Seriam múltiplas as coligações possíveis e, conseqüentemente, as disputas políticas subnacionais, configurando, por conseguinte, diferentes subsistemas políticos. Nessa perspectiva, não existe um sistema político único no país, mas um conjunto de subsistemas derivados de diversas racionalidades e formas de competição.

As eleições nos municípios, a partir disso, operariam sob a mesma lógica das estaduais, a partir das “racionalidades políticas contextuais”. Isso seria reforçado

pelo fato de os atores políticos locais agirem em contexto eleitoral com menores constrangimentos institucionais, por terem eleições separadas das nacionais. Ademais, são as questões locais, próprias de cada localidade, que estão em jogo e não as grandes questões nacionais. Assim, os atores políticos locais estariam mais preocupados em apresentar soluções para os problemas cotidianos da população e não em se vincular às disputas políticas nacionais.

Por outro lado, existe outra perspectiva que argumenta acerca da força que a polarização PT-PSDB tem sobre as eleições nacionais desde 1994. Os dois partidos têm disputado e concentrado a maior parte dos votos nos últimos seis pleitos presidenciais, sendo as únicas agremiações capazes de formular um projeto de política nacional e apresentar candidatos competitivos (Melo e Câmara, 2012). PT e PSDB, sobretudo, coordenam eleitoralmente as candidaturas nos estados, reforçando os vínculos entre as candidaturas presidenciais e estaduais (Cortez, 2009). Essa coordenação eleitoral de PT e PSDB sobre as candidaturas para os governos estaduais tem levado ao processo de “presidencialização da competição eleitoral”, em que a dinâmica das eleições presidenciais tem influenciado a estratégia coligacionista no nível subnacional (Sandes-Freitas, 2015).

Kerbaux (2009) traz uma importante contribuição ao afirmar que, apesar da fragmentação do sistema partidário brasileiro, os grandes partidos, especialmente o PMDB, o PSDB e o PT, são atores políticos fundamentais nas eleições municipais. Analisando a série histórica desde as eleições de 1996, a autora evidencia que esses partidos buscam a construção de bases eleitorais para as disputas presidenciais e estaduais. Assim, se os três partidos são grandes, deve-se, em grande parte, ao jogo que eles se dispõem a jogar também no nível local. Com a polarização PT-PSDB, os dois partidos buscariam, no nível local, construir bases para obter êxito nas disputas políticas eleitorais nacionais.

No trabalho de Sandes-Freitas (2013), observou-se que a polarização PT-PSDB, configurada a partir das eleições presidenciais de 1994, tem exercido impacto sobre os maiores municípios. O trabalho evidenciou que:

Considerando os diferentes resultados encontrados nos municípios brasileiros, o impacto da nacionalização da competição eleitoral se apresentou mais acentuado nos municípios mais populosos, indicando que PT e PSDB tendem a estabelecer estratégias claramente nacionais em circunscrições municipais com maior densidade eleitoral. Por outro lado, as “racionalidades políticas contextuais” parecem preponderar nos menores municípios, com presença marcante de uma multiplicidade de associações entre os partidos (Sandes-Freitas, 2013, p. 164).

Apesar desses achados de Sandes-Freitas (2013), tendo como objeto as eleições de 2012, observa-se que de 2013 a 2016 ocorreram muitas alterações no cenário político nacional, em virtude da perda de apoio popular da presidente Dilma Rousseff e também de sua força junto ao Legislativo federal, o que resultou na abertura do processo de impeachment, levando ao seu afastamento em definitivo no final de agosto deste ano. Ao longo deste rápido processo que ruiu as bases da força política petista no cenário nacional, uma série de partidos afastou-se gradualmente e, conseqüentemente, aproximou-se do PMDB e do PSDB. O PT que, ainda em 2014, obteve cerca de 54 milhões de votos para a Presidência da República, em 2016, teve que lidar com uma conjuntura desfavorável às candidaturas do partido e o isolamento em relação aos partidos que outrora eram aliados.

Partindo disso, o foco do artigo é analisar qual o impacto dessa conjuntura adversa na centralidade que PT e PSDB tinham até 2012, nas eleições municipais, e quais as estratégias do PMDB, principal beneficiado do processo de *impeachment*, para o lançamento de candidaturas e na participação de coligações eleitorais para os municípios.

A partir dessa breve discussão, na seção seguinte será apresentado um quadro geral das candidaturas nas eleições de 2012 e 2016, que dará base para a análise sobre as candidaturas e coligações eleitorais estabelecidas pelos partidos, especialmente por PT, PSDB e PMDB, nas eleições para as prefeituras das capitais brasileiras.

### 3. CANDIDATURAS DOS PARTIDOS EM 2012 E 2016

■ As eleições municipais de 2012 e 2016 tiveram diferenças relevantes quanto ao lançamento de candidaturas (ver Tabela 1). Em 2012, houve a participação de 29 partidos, enquanto, em 2016, 35 agremiações apresentaram candidatos a Prefeito. O PMDB continua a ser o partido que mais lança candidatos, ampliando, inclusive, o número em comparação a 2012. Ele lançou prefeitos em 40% das Prefeituras em 2012 e em 45% das Prefeituras em 2016. O PSDB também ampliou o número de candidatos: teve presente em cerca de 1/3 das disputas para Prefeituras no país (33,2%). O partido também possuía o terceiro maior número de candidatos em 2012, passando ter o segundo maior número de candidatos a prefeito em 2016. Não por acaso PMDB e PSDB foram os partidos mais beneficiados com a mudança do cenário político nacional, já que o primeiro detém a Presidência da República e o segundo compõe a atual coalizão do governo federal. Além desses, PSD, PP e PSB, que também compõem a coalizão governista, também ampliaram o número de candidatos a Prefeitos.

Os dados de candidaturas de 2016, ainda não consolidados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>1</sup>, apresentaram um aumento de 9,2% em relação ao número apresentado em 2012. Foram 15.177 candidatos, em 2012, e 16.568, em 2016. No entanto, uma diferença importante em relação a 2012 é que houve maior número de candidatos, dispersos em maior número de partidos. Isso é evidenciado pelos dados por faixa dos partidos, apresentados na Tabela 1. Os dez partidos a mais lançarem candidatos possuíam, em 2012, 78,8% dos municípios. Em 2016, os mesmos dez partidos tiveram candidatos em 72,2% dos candidatos do país, representando uma queda de mais de 6%. Mesmo com a queda, a concentração de candidaturas nos maiores partidos é ainda bastante significativa.

Em 2016, apesar da ampliação do número de partidos e de candidatos a Prefeito, os dez partidos que maior número de candidatos foram os mesmos. Além do PMDB e do PSDB, completam a lista: PSD, PP, PSB, PT, PDT, PTB, DEM e PR.

Os dez partidos que mais lançaram candidatos às prefeituras também obtiveram candidaturas em mais de 10% dos municípios do país. Esses dados são similares nas duas eleições (2012 e 2016). Dentre os partidos que apresentaram candidatos entre 3% e 10% dos municípios, destaca-se o aparecimento de partidos novos com o SD e o PROS e o crescimento do PRB e do PSOL.

Já entre as agremiações que lançaram menos de 3% do total dos municípios, é importante destacar o fraco desempenho da REDE no lançamento de candidatos a prefeito, apesar de sua principal liderança, Marina Silva, ter sido candidata a presidente nas últimas duas eleições (2010 e 2014), obtendo parcela representativa dos votos (cerca de 20% dos votos válidos nas duas eleições).

Assim como em 2012, em 2016, observa-se que existe uma clara separação entre os partidos que apresentaram muitas candidaturas (acima de 10% dos municípios) e os partidos lançaram menos (abaixo de 3%). Os primeiros possuem maior espaço no cenário nacional (na composição de bancadas no Congresso, nas Assembleias Legislativas etc.), tendo também a preocupação em apresentar um número expressivo de candidatos a prefeito. O outro grupo é formado por partidos que possuem pouco espaço nacionalmente, tendendo ainda a ter menos espaço no âmbito local.

---

1 Os dados apresentados neste artigo estavam disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, atualizados em 01 de outubro de 2016 (véspera das eleições para prefeito). Nestes dados ainda não aparecem as informações para os 5.570 municípios brasileiros, mas para 5.295 (cerca de 95% do total). Dessa forma, os dados apresentados precisarão de atualização quando o TSE consolidar seus dados de candidaturas, contemplando todos os municípios do país.

TABELA I. Candidaturas para Prefeito por partido – Eleições 2012 e 2016

Partidos	2012			2016			
	Nº de candidaturas	Nº de candidatos sobre o total de candidaturas (%)	Nº de candidatos sobre o total de municípios (%)	Nº de candidaturas	Nº de candidatos sobre o total de candidaturas (%)	Nº de candidatos sobre o total de municípios (%)	
Partidos que lançaram candidatos em mais de 10% dos municípios *	PMDB	2268	14,9	40,7	2382	14,4	45,0
	PSDB	1625	10,7	29,2	1757	10,6	33,2
	PSD	1100	7,2	19,8	1368	8,3	25,8
	PP	1078	7,1	19,4	1157	7,0	21,9
	PSB	1039	6,8	18,7	1093	6,6	20,6
	PT	1779	11,7	32,0	1004	6,1	19,0
	PDT	843	5,6	15,1	936	5,6	17,7
	PR	705	4,6	12,7	786	4,7	14,8
	PTB	824	5,4	14,8	745	4,5	14,1
	DEM	732	4,8	13,1	727	4,4	13,7
Partidos que lançaram candidatos em mais de 3% e menos de 10% dos municípios	PRB	300	2,0	5,4	434	2,6	8,2
	PSOL	348	2,3	6,3	430	2,6	8,1
	PPS	429	2,8	7,7	412	2,5	7,8
	PV	412	2,7	7,4	375	2,3	7,1
	PC do B	226	1,5	4,1	329	2,0	6,2
	PSC	311	2,0	5,6	328	2,0	6,2
	SD	0	0,0	0,0	277	1,7	5,2
	PROS	0	0,0	0,0	236	1,4	4,5
	PHS	120	0,8	2,2	211	1,3	4,0
	PEN	0	0,0	0,0	170	1,0	3,2
Partidos que lançaram candidatos em menos de 3% dos municípios	PMN	178	1,2	3,2	166	1,0	3,1
	REDE	0	0,0	0,0	155	0,9	2,9
	PSL	113	0,7	2,0	151	0,9	2,9
	PTN	80	0,5	1,4	151	0,9	2,9
	PRP	134	0,9	2,4	122	0,7	2,3
	PT do B	106	0,7	1,9	119	0,7	2,2
	PTC	90	0,6	1,6	116	0,7	2,2
	PSDC	88	0,6	1,6	110	0,7	2,1
	PRTB	99	0,7	1,8	94	0,6	1,8
	PPL	49	0,3	0,9	78	0,5	1,5
	PMB	0	0,0	0,0	63	0,4	1,2
	PSTU	60	0,4	1,1	49	0,3	0,9
	PCO	5	0,0	0,1	21	0,1	0,4
	PCB	36	0,2	0,6	15	0,1	0,3
	NOVO	0	0,0	0,0	1	0,0	0,0
	Total	15.177 *	100,0 (15.177)	100,0 (5.568)	16.568 *	100,0 (16.568)	100,0 (5.295)**

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

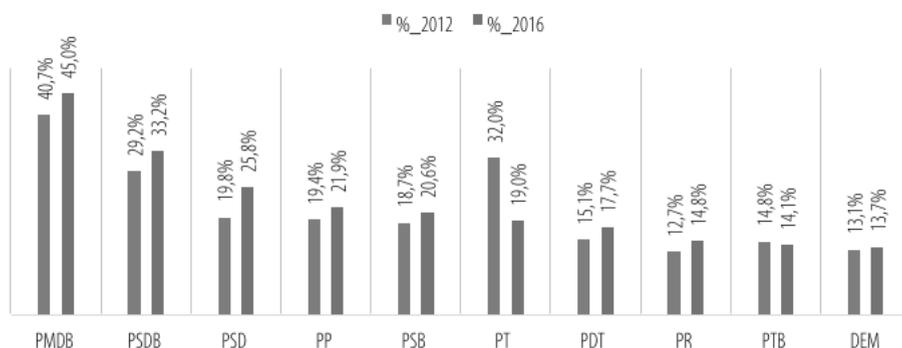
\* Consideramos o total de candidaturas apresentadas, incluindo as deferidas e as indeferidas.

\*\* Dados do TSE referentes a 01 de outubro de 2016 (véspera das eleições para prefeito). Nestes ainda não aparecem as informações para os 5.570 municípios brasileiros, mas para 5.295 (cerca de 95% do total).

Em 2012, PMDB, PT e PSDB tiveram um número expressivo de candidaturas, de prefeitos e vereadores eleitos, além de terem presença marcante no cenário político estadual e nacional, elegendo a maior parte dos governadores, deputados estaduais e federais e senadores. A grande mudança que ocorre entre as eleições de 2012 e 2016 é a queda acentuada no número de candidatos do PT. O partido havia lançado 1779 candidatos a Prefeito em 2012, e em 2016, apresentou apenas 1004, o que representou uma redução de mais de 700 candidatos. Proporcionalmente, o partido diminuiu o número de candidatos sobre o total de candidaturas (de 11,7% para 6,1%), além de reduzir sua presença nas disputas eleitorais nos municípios, de 32% para 19%, passando a ser apenas o sexto partido a mais lançar candidatos a Prefeito (em 2012, era o segundo).

Esta queda acentuada no número de candidatos do PT pode ser melhor observada no Gráfico 1, que detalha a evolução dos dez partidos a mais lançarem candidatos a Prefeito em 2012 e 2016. Entre os cinco primeiros, o PMDB teve evolução de quase 5%, o PSDB, de 4%, o PSD, de 6%, o PP, de mais de 2% e o PSB, de quase 2%. O PT, sexto partido a mais lançar candidatos nos municípios, teve uma queda de 13%. Dos demais partidos, apenas o PTB diminuiu o número de candidatos lançados, caindo apenas 0,7%.

GRÁFICO 1. Porcentagem de candidatos sobre o total de municípios por partido – Eleições 2012 e 2016



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Consideramos o total de candidaturas apresentadas, incluindo as deferidas e as indeferidas.

\*\* Dados do TSE referentes a 01 de outubro de 2016 (véspera das eleições para prefeito). Nestes ainda não aparecem as informações para os 5.570 municípios brasileiros, mas para 5.295 (cerca de 95% do total).

Os dados apresentados mostram uma queda na presença do PT nos municípios, o que também representa perda da força do partido nessas eleições advinda

da conjuntura política adversa ao partido que tem se configurado desde 2013. Com um número menor de candidaturas, o partido obterá menos prefeituras. É esperado também uma taxa de sucesso menor nas candidaturas lançadas pelo partido, a serem observados assim que os dados sobre os resultados eleitorais estiverem consolidados pelo TSE.

Para uma análise mais detida dos dados apresentados, as Tabelas 2 e 3 apresentam a distribuição regional das candidaturas entre os dez partidos que mais lançaram candidatos a prefeito nas eleições de 2012 e 2016.

As duas tabelas apresentam o número e a proporção de candidatos por partido por região nas eleições de 2012 e 2016. Em relação à dominância dos partidos nas regiões, observa-se que os partidos com mais candidatos tendem a distribuir suas candidaturas entre as cinco regiões do país, mesmo que nem sempre de forma tão homogênea. Os dez partidos destacados nas Tabela 2 e 3 apresentaram número representativo de candidaturas em todas as regiões.

TABELA 2. Distribuição regional das candidaturas para prefeito dos dez partidos que mais lançaram candidatos – Regiões Centro-Oeste e Norte – Eleições 2012 e 2016

Partidos	Centro-Oeste				Evolução 2016-2012 (Centro-Oeste)		Norte				Evolução 2016-2012 (Norte)	
	2012		2016		N	%	2012		2016		N	%
	N	%	N	%			N	%	N	%		
PMDB	233	19,1	199	15,1	-34	-4,0	217	15,4	251	15,7	+34	+0,3
PSDB	161	13,2	269	20,4	+108	+7,2	172	12,2	166	10,4	-6	-1,8
PSD	138	11,3	105	8,0	-33	-3,3	128	9,1	149	9,3	+21	+0,2
PP	72	5,9	66	5,0	-6	-0,9	56	4,0	74	4,6	+18	+0,6
PSB	61	5,0	89	6,8	+28	+1,8	66	4,7	74	4,6	+8	-0,1
PT	102	8,3	32	2,4	-70	-5,9	157	11,1	90	5,6	-67	-5,5
PDT	68	5,6	67	5,1	-1	-0,5	69	4,9	58	3,6	-11	-1,3
PR	68	5,6	86	6,5	+18	+0,9	96	6,8	119	7,5	+23	+0,7
PTB	56	4,6	48	3,6	-8	-1,0	61	4,3	37	2,3	-24	-2,0
DEM	83	6,8	77	5,8	-6	-1,0	60	4,2	65	4,1	+5	-0,1
Outros	180	14,7	280	21,2	+100	+6,5	331	23,4	511	32,1	+180	+8,7
TOTAL	1222	100,0	1318	100,0	96	-	1413	100,0	1594	100,0	181	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Consideramos o total de candidaturas apresentadas, incluindo as deferidas e as indeferidas.

\*\* Dados do TSE referentes a 01 de outubro de 2016 (véspera das eleições para prefeito). Nestes ainda não aparecem as informações para os 5.570 municípios brasileiros, mas para 5.295 (cerca de 95% do total).

TABELA 3. Distribuição regional das candidaturas para prefeito dos dez partidos que mais lançaram candidatos – Regiões Nordeste, Sul e Sudeste – Eleições 2012 e 2016

Partidos	Nordeste				Evolução 2016-2012 (Nordeste)		Sul				Evolução 2016-2012 (Sul)		Sudeste				Evolução 2016-2012 (Sudeste)	
	2012		2016		N	%	2012		2016		N	%	2012		2016		N	%
	N	%	N	%			N	%	N	%			N	%	N	%		
PMDB	611	12,6	622	12,0	+11	-0,6	611	21,3	645	20,8	+34	-0,5	596	12,3	665	12,4	+69	+0,1
PSDB	269	5,6	345	6,6	+76	+1,0	310	10,8	285	9,2	-25	-1,6	713	14,7	692	12,9	-21	-1,8
PSD	432	8,9	555	10,7	+123	+1,8	200	7,0	250	8,0	+50	+1,0	202	4,2	309	5,8	+107	+1,6
PP	275	5,7	365	7,0	+90	+1,3	417	14,6	435	14,0	+18	-0,6	258	5,3	217	4,1	-41	-1,2
PSB	557	11,5	473	9,1	-84	-2,4	98	3,4	153	4,9	+55	+1,5	257	5,3	304	5,7	+47	+0,4
PT	510	10,5	318	6,1	-192	-4,4	404	14,1	246	7,9	-158	-6,2	606	12,5	318	5,9	-288	-6,6
PDT	240	5,0	314	6,1	+74	+1,1	241	8,4	275	8,8	+34	+0,4	225	4,6	222	4,1	-3	-0,5
PR	233	4,8	229	4,4	-4	-0,4	47	1,6	84	2,7	+37	+1,1	261	5,4	268	5,0	+7	-0,4
PTB	276	5,7	216	4,2	-60	-1,5	123	4,3	134	4,3	+11	0,0	308	6,4	310	5,8	+2	-0,6
DEM	201	4,2	192	3,7	-9	-0,5	87	3,0	87	2,8	0	-0,2	301	6,2	306	5,7	+5	-0,5
Outros	1.235	25,5	1561	30,1	+326	+4,6	324	11,3	514	16,5	+190	+5,2	1.114	23,0	1747	32,6	+633	+9,6
Total de candidatos	4839	1,0	5190	100,0	351	-	2862	100,0	3108	100	246	-	4841	100,0	5358	100	517	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Consideramos o total de candidaturas apresentadas, incluindo as deferidas e as indeferidas.

\*\* Dados do TSE referentes a 01 de outubro de 2016 (véspera das eleições para prefeito). Nestes ainda não aparecem as informações para os 5.570 municípios brasileiros, mas para 5.295 (cerca de 95% do total).

Já o desempenho quanto ao lançamento dos menores partidos, um padrão é observado entre as regiões: os menores partidos ampliaram o número de candidatos em relação aos dez maiores. Em relação às eleições de 2012, os menores partidos ampliaram o número de candidatos sobre o total em 6,5% no Centro-Oeste, em 8,7% no Norte, em 4,6% no Nordeste, em 5,2% no Sul e em 9,6% no Sudeste. Isso evidencia que nas eleições de 2016 houve maior pulverização das candidaturas nos diversos partidos existentes, ampliando a importância dos menores.

Os dois partidos com melhor desempenho foram PMDB e PSDB, mas não apresentam o mesmo desempenho em todas as regiões. O PMDB continua a ser o partido com maior capilaridade do país, inclusive pelos resultados eleitorais ao longo do tempo, conquistando o maior número de prefeituras ao partido em todo o país. Quanto às candidaturas, o partido preponderou em três regiões em 2016 (Sul, Norte e Nordeste), sendo que, em 2012, o partido teve o melhor desempenho no Centro-Oeste. Além de outros partidos aumentarem sua força nesta região, ampliando a fragmentação das candidaturas, o PMDB reduziu o número de candidatos, sendo esta a única região onde o partido, de fato, diminuiu a quantidade de pleiteantes à Prefeitura pelo partido. A região Sul continuou a

ser a aquela em que o partido mais lançou candidatos, em comparação aos outros partidos (ampliou de 611 para 645 candidatos, apesar de ter tido uma redução percentual, em comparação ao número total de candidatos a Prefeito na região, de 21,3% para 20,8%).

O PSDB ampliou o número de candidaturas, de forma agregada no país, obtendo o maior número de candidaturas na região Sudeste e no Centro-Oeste. Nesta última região, o partido expandiu consideravelmente o número de candidaturas a Prefeitura (crescimento de 7,2% em relação a 2012). Já no Sudeste, partido onde tradicionalmente possui maior parte da sua força política, o partido, apesar de ter diminuído o número de candidatos, ainda concentrou a maior parte dos candidatos na região. O partido ainda apresenta fraco desempenho no Nordeste, mas, diferentemente de 2012, o PSDB apresentou mais candidatos a Prefeito em 2016 do que o PT.

O PT, como já foi evidenciado anteriormente, lançou um número significativamente inferior de candidatos a Prefeito em 2016 se comparado a 2012. Os dados das Tabelas 2 e 3 mostram que a redução se deu em todas as regiões do país. No Nordeste, onde o partido obtém desde 2006 uma importante parte dos votos para as eleições presidenciais, observou-se redução acentuada do número de candidatos pelo PT, acompanhada do crescimento do PSD (de 8,9% para 10,7% das candidaturas na região), do PP (de 5,7% para 7,0%) e do PSDB (de 5,6% para 6,6%). O PT não somente deixa de lançar candidatos, como perde para partidos que compõem a coalizão governista em sua principal base política. Se estrategicamente esses partidos ampliam o número de candidatos a Prefeito, eles buscam ocupar espaços políticos estratégicos, o que aumentam custos da competição para PT.

Assim, a partir dos dados de lançamento de candidaturas, pode-se afirmar que com a redução acentuada no número de candidatos a Prefeito pelo PT e do fortalecimento de outros partidos, principalmente do PSD e do PP, a tese da “presidencialização” da competição eleitoral perde força nos municípios, o que pode gerar efeitos na disputa presidencial e para os governos estaduais em 2018.

Tendo em vista o crescimento de outras agremiações partidárias, com uma clara pulverização das candidaturas, é possível que a polarização PT-PSDB, estabelecida desde 1994 nas disputas presidenciais, possa ser impactada. Para as pretensões nacionais dos partidos de ser um ator político relevante na eleição presidencial em 2018, é evidente que PMDB e PSDB conseguiram manter suas estratégias de lançamento de candidaturas nos municípios na tentativa de ampliar a capilaridade no nível local.

#### 4. COLIGAÇÕES NAS CAPITAIS BRASILEIRAS: O QUE MUDOU?

■ A análise das candidaturas apresentou um quadro geral da forma como os partidos se organizaram para as eleições. Considerando o grande número de municípios em disputa, dos inúmeros arranjos políticos e das particularidades existentes nos contextos locais, muitas vezes os partidos optam por participar das coligações em vez de lançarem candidatos, incluindo o PT e o PSDB, que buscam manter suas bases para as eleições presidenciais e, para tanto, muitas vezes, optam por participar de coligações em vez de ter candidatos próprios às Prefeituras.

Como já foi evidenciado em trabalho anterior (Sandes-Freitas, 2013), nos municípios com menor densidade eleitoral, os partidos possuem maior liberdade na composição das coligações, devido aos reduzidos constrangimentos impostos pelas Executivas nacionais dos partidos, principalmente daqueles que estão diretamente envolvidos com as disputas presidenciais, principalmente PT e PSDB. Assim sendo, o maior interesse das lideranças nacionais desses partidos incide sobre os municípios mais populosos e, conseqüentemente, com maior eleitorado, devido ao grande número de eleitores e à possibilidade de controlar mais recursos econômicos. Esses municípios são estratégicos nas eleições nacionais, em que são escolhidos o presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Por isso, foram escolhidas as capitais dos estados, por serem municípios estratégicos nos estados e, conseqüentemente, para os partidos.

Na Tabela 4, pode-se observar que houve o crescimento da fragmentação das candidaturas nas capitais também, assim como já foi evidenciado nos dados sobre os municípios brasileiros. O número de partidos lançando candidatos a Prefeito aumentou de 192 a 209 (17 a mais). Desse total, 10 foram de candidaturas de grandes partidos e sete de partidos menores. PT, PMDB, PSD, PR e PP aumentaram o número de candidatos em capitais em 2016, se comparado a 2012, enquanto, PSDB e DEM diminuíram a oferta de candidatos, enquanto três partidos não variaram o número de candidatos a Prefeito em capitais: PSB, PDT e PTB.

Por terem estratégia de caráter mais nacional, PT, PMDB e PSDB são os partidos que mais lançam candidatos a Prefeito, do grupo dos dez partidos que mais lançam candidatos a Prefeito no geral. PT ampliou de 17 para 19 candidatos e o PMDB, de 12 para 16. Destaca-se o crescimento do PMDB, que, apesar de se preocupar mais com as Prefeituras de municípios menores, lançou candidatos em 61,5% das capitais. Já em relação ao PT, o aumento do número de candidatos correlaciona com a diminuição do número de parceiros. Em 2012, a agremiação possuía, em média, 5,35 partidos em suas coligações (contando com o próprio

PT) nas disputas para as capitais. Já em 2016, o partido reduziu em mais da metade o número de parceiros para 2,79 partidos em média, incluindo o próprio partido. Se em 2012, o partido se lançou sozinho em apenas três capitais, em 2016, esse número é mais do que o dobro (oito) no total. Ou seja, do total das disputas nas capitais, em 42,1% tiveram candidatos do PT sem apoio de outros partidos. A conjuntura negativa em torno do partido criou condições adversas para a composição de alianças junto a candidaturas do partido, que, ainda assim, preferiu ampliar o número de candidatos às Prefeituras.

TABELA 4. Candidaturas para Prefeito por partido em capitais brasileiras – Eleições 2012 e 2016.

Partidos	2012		2016		Variação	
	N	% de cand/capitais	N	% de cand/capitais	N	%
PT	17	65,4	19	73,1	+ 2	7,7
PMDB	12	46,2	16	61,5	+ 4	15,4
PSDB	17	65,4	13	50,0	- 4	-15,4
PSB	11	42,3	11	42,3	0	0,0
PDT	9	34,6	9	34,6	0	0,0
PSD	2	7,7	8	30,8	+ 6	23,1
PR	3	11,5	7	26,9	+ 4	15,4
PP	4	15,4	6	23,1	+2	7,7
DEM	8	30,8	4	15,4	- 4	-15,4
PTB	3	11,5	3	11,5	0	0,0
Outros partidos	106	-	113	-	+ 7	-
Total de candidaturas	192	-	209	-	+ 17	-
Total de capitais	26	100,0	26	100,0	0	0,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Consideramos o total de candidaturas apresentadas, incluindo as deferidas e as indeferidas.

\*\* Dados do TSE referentes a 01 de outubro de 2016.

O PSDB, por outro lado, reduziu o número de candidaturas às capitais, de 17 para 13 candidaturas, o que evidencia a ampliação de uma estratégia ainda mais coligacionista nas eleições municipais. O partido, pensando em ocupar espaços estratégicos nas capitais brasileiras, lança menos candidatos, mas tende a participar mais de coligações. Nos casos em que o PSDB possui candidato a prefeito, a média de partidos que participaram das coligações de candidaturas do partido subiu de 4,59, em média, para 8,15. Em 2012, o partido se lançou em duas disputas sem coligação. Em 2016, não houve nenhum caso. O partido, dessa forma, tornou-se mais receptivo a alianças do que o PT.

Nesse mesmo sentido, a Tabela 5 apresenta a participação do PSDB, do PT e do PMDB em candidaturas lançadas por outros partidos em capitais brasileiras.

TABELA 5. Participação de PSDB, PT e PMDB em coligações de outros partidos nas eleições para as Prefeituras de capitais brasileiras – Eleições 2012 e 2016.

Partidos	Apoio do PSDB		Apoio do PT		Apoio do PMDB	
	2012	2016	2012	2016	2012	2016
PC do B			2	4	1	1
PDT			2	2	3	1
PTB	1			1	1	
DEM	3	3				1
PMDB	1	2	1			
PMN		1				
PPS		1				
PR		2	1			1
PSB	2	2	2		3	1
PSD	1					1
PSDB					1	2
PV	1				1	1
PT					4	
REDE		1				
PRB			1			
Total	9 (34,6%)	12 (48%)	9 (34,6%)	7 (26,9%)	14 (53,8%)	9 (36%)
Total de particip. em coligações	26	25	26	26	26	25

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Consideramos o total de candidaturas apresentadas, incluindo as deferidas e as indeferidas.

\*\* Dados do TSE referentes a 01 de outubro de 2016.

Analisando os dados sobre candidaturas a Prefeito apoiadas por PSDB, PT e PMDB evidencia algumas mudanças entre as duas eleições. Primeiro, PT e PMDB passaram a lançar mais candidatos a Prefeito em 2016 do que nas eleições de 2012. O PT participou como apoiador, em 2012, de 9 das 26 coligações em que participou, cerca de 34,6% do total. Em 2016, reduziu para sete, ou seja, 26,9% das coligações com participação do partido. Já o PMDB, reduziu ainda mais sua participação com o coadjuvante: de 14 para 9. Em 2012, o partido lançava candidato próprio em menos de 50% das capitais, o que indicava o foco do partido nos menores municípios. Em 2016, isso se modificou, pois o partido reduziu seu apoio a outros candidatos de 53,8% para 36%. É provável que a entrada do PMDB na Presidência da República, devido ao *impeachment* da presidente

Dilma Rousseff, tenha gerado incentivos para que o PMDB lançasse mais candidatos próprios para as Prefeituras das capitais e das grandes cidades.

Como foi observado anteriormente, houve a redução do número de aliados às candidaturas do PT, motivada pela redução dos parceiros no nível nacional, diante do processo de perda de apoio legislativo, que criou as condições para o processo de *impeachment*. Isso também gerou um efeito no próprio comportamento do PT, que reduziu pela metade o número de candidaturas de outros partidos que apoiou. Em 2012, apoiou candidatos do PC do B, PDT, PMDB, PR, PSB e PRB. Em 2016, continuou a apoiar partidos mais à esquerda, PC do B e o PDT, e abriu mão de apoiar candidatos de partidos de centro e à direita: PMDB, PR e PRB. O PSB, ainda que seja considerado um partido de centro-esquerda, rompeu com o governo federal em 2013, lançou candidatura de oposição à presidência em 2014 e, com o falecimento de Eduardo Campos, o partido se desvinculou do PT e se aproximou de partidos mais à direita do espectro ideológico.

Por outro lado, ainda na Tabela 5, o PMDB aumentou o leque de apoios a candidatos de outros partidos, de sete para oito. A mudança mais significativa foi o fato do PMDB não ter apoiado nenhum candidato do PT em 2016. Em 2012, o partido apoiou quatro candidaturas do PT à Prefeitura. O elemento conjuntural, que levou ao *impeachment* e a ascensão do PMDB à presidência, marcou definitivamente o rompimento entre os partidos na arena eleitoral nas capitais, indicando que, estrategicamente, os dois partidos traçam trajetórias distintas no cenário nacional, o que terá consequências nas eleições de 2018.

Em 2012, a “vocação localista” do PMDB era evidente, quando o partido focava os menores municípios no lançamento de candidaturas à Prefeitura, apoiando com mais frequência candidatos de outros partidos nas eleies para os municípios com maior densidade eleitoral (Sandes-Freitas, 2013).

Na Tabela 6, fica evidente a perda de força do apoio às candidaturas do PT  s Prefeituras. Alguns partidos reduziram significativamente seu apoio em 2016, se comparado a 2012 (PPL, PRB, PTN, PR, PSB, PSDC e PV) e outros fortes apoiadores deixaram de participar de coligaes em candidaturas do PT (PMDB, PSD e PP). Com isso, o PT lançou candidaturas com menor número de coligados, ampliando o apoio do PC do B (de 5 para 9).

Ainda na mesma tabela,   possível observar que as candidaturas do PMDB contaram com o apoio mais sólido de vários partidos nas eleies de 2016: DEM, PRTB, PSB, PTB, PDT, PPS, PRB, PRP, PSC, PTN, PHS, PP e do PT do B. Além disso, dois partidos novos apoiaram de forma relevante candidaturas da agremiação: PROS e SD. Isso evidencia novamente a força que o PMDB adqui-

riu nas eleições municipais nas disputas para as capitais e, conseqüentemente, a conexão existente entre as disputas partidárias no nível nacional e aqueles que ocorrem nas grandes cidades, neste caso, nas capitais brasileiras.

TABELA 6. Participação de outros partidos em coligações de candidaturas do PSDB, do PT e do PMDB para as Prefeituras de capitais brasileiras – Eleições 2012 e 2016.

Partidos	PT		Variação	Partidos	PMDB		Variação	Partidos	PSDB		Variação
	2012	2016			2012	2016			2012	2016	
PC do B	5	9	4	DEM	1	6	5	PP	3	7	4
PROS	0	3	3	SD	0	6	6	PSL	3	7	4
PDT	2	2	0	PRTB	4	6	2	DEM	6	6	0
PHS	3	2	-1	PSD	3	6	3	PPS	5	6	1
PPL	5	2	-3	PTB	4	6	2	PSB	1	5	4
PRB	5	2	-3	PROS	0	5	5	PEN	0	4	4
PT do B	2	2	0	PDT	3	5	2	PRP	6	4	-2
PTN	5	2	-3	PPS	3	5	2	PSDC	3	4	1
PR	6	1	-5	PRB	2	5	3	PT do B	8	4	-4
PRP	1	1	0	PRP	2	5	3	PV	1	4	3
PSB	5	1	-4	PSC	6	5	-1	PMB	0	4	4
PSDC	5	1	-4	PTN	3	5	2	PROS	0	3	3
PSL	1	1	0	PHS	3	4	1	PDT	1	3	2
PSOL	0	1	1	PP	2	4	2	PHS	2	3	1
PTB	2	1	-1	PT do B	2	4	2	PR	2	3	1
PV	5	1	-4	PTC	6	4	-2	PRB	0	3	3
PMB	0	1	1	PMN	5	3	-2	PRTB	1	3	2
PEN	0	1	1	PPL	3	3	0	PTC	2	3	1
DEM	1	0	-1	PR	4	3	-1	PTN	2	3	1
PCB	0	0	0	PSDC	4	3	-1	PMDB	1	2	1
PCO	0	0	0	PSL	5	3	-2	PMN	5	2	-3
PMDB	4	0	-4	REDE	0	2	2	PPL	0	2	2
PMN	1	0	-1	PEN	0	2	2	PSC	3	2	-1
PP	4	0	-4	PSB	2	2	0	REDE	0	1	1
PPS	1	0	-1	PSDB	1	2	1	PC do B	0	1	1
PRTB	3	0	-3	PMB	0	2	2	PROS	0	1	1
PSC	2	0	-2	PC do B	2	1	-1	PSD	4	1	-3
PSD	3	0	-3	PV	1	1	0	PTB	2	1	-1
PTC	2	0	-2	PT	1	0	-1	-	-	-	-
Total de candid.	17	19	-2	Total de candid.	12	16	4	Total de candid.	17	13	-4

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

\* Consideramos o total de candidaturas apresentadas, incluindo as deferidas e as indeferidas.

\*\* Dados do TSE referentes a 01 de outubro de 2016.

Em relação ao PSDB, apesar de ter reduzido o número de candidaturas, o partido contou com o apoio de alguns partidos relevantes no cenário político nacional: PP, DEM, PSB, dentre outros. O PP, por exemplo, apoiou mais da metade das candidaturas do PSDB, assim como o PSL. O DEM participou de seis coligações de um total de 13 candidaturas peessedebistas.

Sobre os apoios entre si, o PT não participou de coligações de candidatos do PMDB, assim como também o PMDB não apoiou as candidaturas do PT em 2016. Ademais, o PMDB e o PSDB, apesar de serem aliados no governo federal, estabelecem poucos apoios entre si nas capitais. O PMDB participou de duas coligações de candidaturas do PSDB, mesmo número de apoios do PSDB a candidatos do PMDB. Ainda que tenha ampliado, os dois partidos tendem a apresentar candidatos em grande parte das capitais, o que evidencia a estratégia de ocupação de espaços desses três partidos.

Os dados sobre as disputas locais nas capitais, especificamente das movimentações de PT, PSDB e PMDB, apontam para o enfraquecimento das candidaturas do PT e do fortalecimento do PMDB. A conjuntura adversa aos petistas levou ao movimento centrífugo dos partidos em direção a outros polos, preferencialmente em direção ao PMDB, que, aproveitando-se da conjuntura e de ter o controle da Presidência da República, ampliou o número de candidatos e de apoiadores nas eleições para as Prefeituras das capitais, o que demonstra uma clara estratégia de ocupação de espaços nesses centros que são fundamentais nas eleições nacionais em 2018.

## 5. CONCLUSÕES

■ Este artigo buscou analisar as candidaturas e coligações das eleições municipais de 2012 e 2016 para as Prefeituras, com foco no PT, no PSDB e no PMDB, tendo como foco, também, as estratégias eleitorais no estabelecimento de alianças nas capitais brasileiras. Para tanto, partiu-se do debate sobre a lógica em torno do estabelecimento de coligações no nível subnacional, contrapondo-se as teses das “racionalidades políticas contextuais” e da “presidencialização da competição eleitoral”.

Apesar das múltiplas possibilidades existentes de composição de coligações nos municípios, observou-se, em 2012, presença marcante de candidaturas do PT e do PSDB. No entanto, diferentemente das eleições anteriores, as evidências apontam para a perda de força da “presidencialização” em 2016. O PT diminuiu a quantidade de candidatos às Prefeituras no agregado e em todas regiões do país.

A mesma tendência não foi observada para o caso do PSDB e do PMDB. Pelo contrário, ampliaram suas candidaturas nos municípios, tendo como motor a conjuntura política favorável. Nas capitais dos estados, a perda de força do PT ficou ainda mais evidente, principalmente pelo fato de perder apoiadores, enquanto PSDB e PMDB ampliam o espectro de aliados. O PMDB, acima de tudo, tende a lançar muito mais candidatos para as capitais em 2016 do que em 2012.

Assim, os achados deste artigo apontam para uma mudança na estratégia do PMDB, se comparado à das eleições municipais anteriores, em que o partido tinha um claro foco nos municípios menores. O PMDB, portanto, busca marcar espaços em locais estratégicos para as eleições de 2018. Os dados sobre resultados eleitorais poderão elucidar, de forma mais clara, as implicações dessas estratégias do PMDB na ocupação de espaços no nível local. A partir da análise dos dados consolidados sobre as eleições de 2016, a questão que se coloca é: essa nova tendência poderá levar ao rompimento da polarização PT-PSDB nas disputas presidenciais e, conseqüentemente, com o processo de “presidencialização da competição eleitoral”?

---

VÍTOR EDUARDO VERAS DE SANDES-FREITAS é Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e possui Doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPI. e-mail: vitorsandes@ufpi.edu.br

## REFERÊNCIAS

- Braga, Maria do Socorro. 2006. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp.
- Cortez, Rafael. 2009. *Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Kerbaux, Maria Teresa Miceli. 2009. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. *Perspectivas*, São Paulo, 35: 15-33.
- Lima Júnior, Olavo Brasil de. 1983. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945/64*. Rio de Janeiro: Graal.
- Lima Júnior, Olavo Brasil de (Org.). 1997. *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-1994)*. Rio de Janeiro: FGV.
- Limongi, Fernando e Cortez, Rafael. 2010. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, 88: 21-37.
- Melo, Carlos Ranulfo. 2007. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In C. R. Melo e M. A. Sáez (orgs.), *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, p. 267-302.
- Melo, Carlos Ranulfo e Câmara, Rafael. 2012. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 55(1): 71-117.
- Meneguello, Rachel. 2010. Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias. *Textos para Discussão CEPAL/IPEA*, 8: 9-45.
- Ribeiro, Ednaldo, Carreirão, Yan e Borba, Julian. 2016. *Sentimentos partidários, antipetismo, atitudes e voto*. Trabalho apresentado no X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).
- Sandes-Freitas, Vítor Eduardo Veras de. 2013. Alianças contextuais ou nacionalizadas? Análise das coligações nas eleições para prefeito em 2012. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, XIV: 147-165.
- Sandes-Freitas, Vítor Eduardo Veras de. 2015. *Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo (1986-2010)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
-